



Escola que Protege

Atuação do MEC em caso de
ataque de violência extrema

Escola que
PROTEGE!

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Ficha Técnica

EXPEDIENTE

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão – SECADI
Coordenação-Geral de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas – CGAVE
Núcleo de Resposta e Reconstrução da Comunidade Escolar em caso de Violência Extrema – NRRCE

FICHA TÉCNICA

Título da Publicação: Escola que Protege: Atuação do MEC em caso de ataque de violência extrema
Ano: 2025
Edição: 1ª edição
Local: Brasília-DF

Elaboração e Coordenação Técnica

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão – SECADI
Coordenação-Geral de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas – CGAVE
Núcleo de Resposta e Reconstrução da Comunidade Escolar em caso de Violência Extrema – NRRCE

Este material integra o Programa Escola que Protege, vinculado ao Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas (SNAVE), com o objetivo de fortalecer estratégias de prevenção e resposta às violências no ambiente escolar, promovendo a convivência democrática e a cultura de paz. A elaboração deste documento considerou as recomendações do Grupo de Trabalho de Especialistas em Violência nas Escolas, instituído pela Portaria MEC nº 1.089/2023, e está alinhada às ações do Seminário Internacional pelo Enfrentamento do Bullying nas Escolas, promovido pelo Ministério da Educação, como parte das iniciativas de divulgação e fortalecimento do SNAVE.

Direitos Autorais

© Ministério da Educação, 2025.

Este documento pode ser reproduzido e distribuído, no todo ou em parte, desde que citada a fonte. Proibida a comercialização.
Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-que-protege>

Sumário

1.	Nota introdutória às redes de ensino	5
2.	O papel do MEC na resposta e reconstrução em casos de violência extrema contra escolas	7
3.	Estrutura no MEC	8
4.	Objetivos do Programa Escola que Protege	9
5.	O que consideramos um ataque de violência extrema?	11
6.	Acionamento e Fluxo de Apoio	12
7.	Núcleo de Resposta e Reconstrução da Comunidade Escolar (NRRCE)	13
8.	Premissas da Atuação	14
9.	Passos e Cuidados Recomendados	15
10.	Cuidados fundamentais	17
11.	Profissionais envolvidos na resposta e reconstrução	18
12.	Plano de Resposta e Reconstrução	19
13.	Princípios da Resposta Psicossocial	20
14.	O que é PSP na escola?	21
15.	O que NÃO fazer no PSP	22
16.	Outros Cenários de Uso do PSP	23
17.	Comunicação com a Comunidade Escolar	24
18.	Diálogo com a mídia e com a comunidade: prevenindo danos secundários	25
19.	Como conduzir o diálogo com a imprensa e redes sociais	26
20.	Prevenção Eficaz x Falsas Soluções	27
21.	Escola Resiliente: O que é e por que importa	28
22.	Escola Resiliente é Escola que Protege!	29
23.	Recomendações para proteção e segurança no ambiente escolar em caso de ameaça de ataque	30
24.	Documentos e materiais do Programa Escola que Protege	34
25.	Referências	35

Nota introdutória às redes de ensino

Em situações de **ataque de violência extrema contra** uma escola, **a resposta** das autoridades educacionais locais **nas primeiras horas é determinante** para o cuidado com a comunidade escolar, a contenção de danos e a organização dos próximos passos. Este documento apresenta o papel do Ministério da Educação, por meio do **Programa Escola que Protege**, como parte do esforço nacional articulado de apoio às redes de ensino em contextos de crise.



A **Secretaria de Educação**, ao identificar uma situação de violência extrema, **deve priorizar imediatamente:**

1	2	3	4	5	6	7
<p>Ativar o protocolo de resposta emergencial,</p> <p>interrompendo as atividades escolares, garantindo a segurança da comunidade escolar e preservando o local com apoio das forças de segurança.</p>	<p>Acionar o MEC</p> <p>que dispõe de equipe para apoio técnico e presencial, com foco em escuta, triagem, reorganização pedagógica e reconstrução da comunidade escolar.</p>	<p>Convocar uma reunião da comissão intersetorial de enfrentamento das violências nas escolas emergencial,</p> <p>integrando saúde, assistência social, conselho tutelar, poder judiciário, MP, segurança pública e demais órgãos relevantes para articulação das respostas locais.</p>	<p>Suspender temporariamente as aulas,</p> <p>de forma acolhedora, garantindo escuta à equipe escolar e planejando um retorno gradual e seguro.</p>	<p>Organizar o acolhimento psicossocial,</p> <p>com espaços protegidos de escuta, aplicação dos Primeiros Socorros Psicológicos, encaminhamentos e continuidade do cuidado.</p>	<p>Proteger a equipe da escola e a comunidade,</p> <p>evitando que servidores da educação limpem áreas afetadas, respeitando os tempos de cada grupo e apoiando especialmente a gestão escolar.</p>	<p>Gerir a comunicação com ética e segurança, nomeando um porta-voz,</p> <p>evitando exposição de vítimas e informações sensíveis, e orientando a imprensa para cobertura responsável, prevenindo riscos de revitimização ou novos ataques (efeito copycat).</p>

NOTA: A resposta a um ataque de violência extrema exige ação articulada, escuta sensível e apoio técnico qualificado. Nenhuma rede deve passar por isso sozinha.

O MEC está à disposição para apoiar com responsabilidade, sem sobreposição, mas com presença, cuidado e compromisso com a reconstrução coletiva..

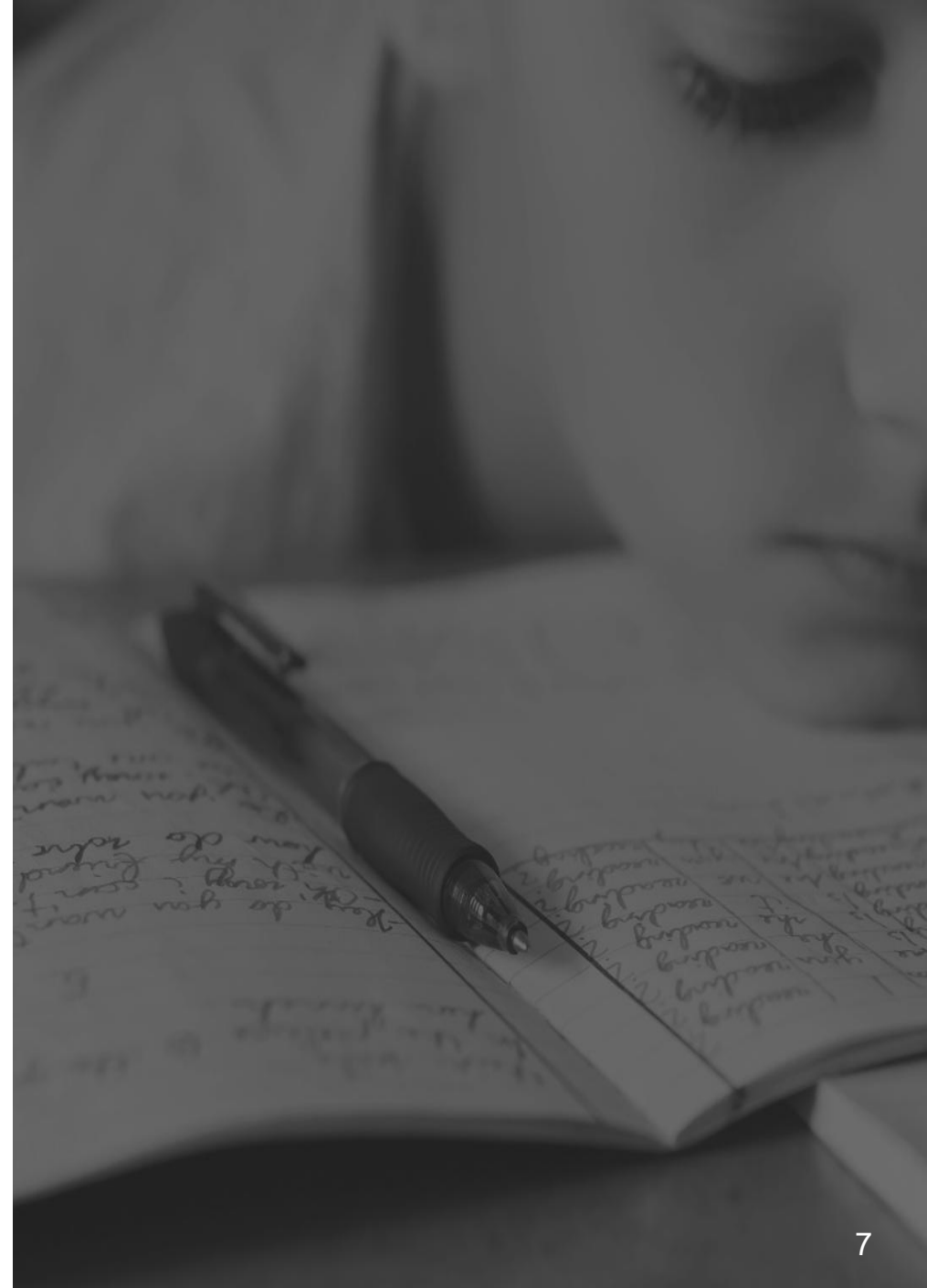
O papel do MEC na resposta e reconstrução em casos de violência extrema contra escolas

O Ministério da Educação, por meio da Coordenação-Geral de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas (CGAVE), vinculada à SECADI, pode atuar diretamente na resposta e reconstrução em casos de ataque de violência extrema contra escolas por meio **do Programa Escola que Protege**.

Um dos eixos centrais do programa é o apoio emergencial às redes de ensino afetadas por ataques, operacionalizado pelo **Núcleo de Resposta e Reconstrução da Comunidade Escolar** (NRRCE).

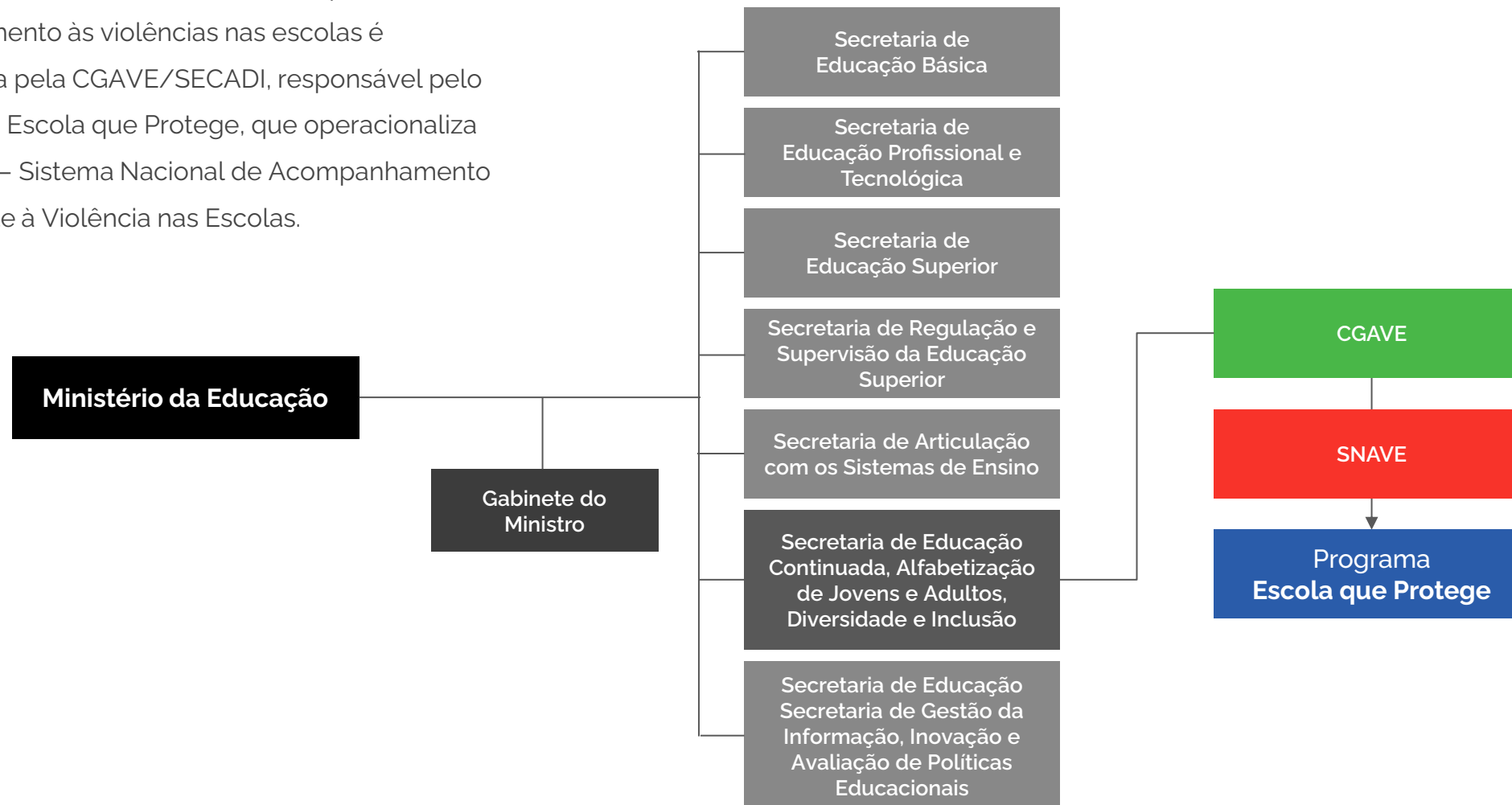
Essa frente mobiliza profissionais da psicologia especializadas em acolhimento psicossocial, garantindo **presença federal qualificada, escuta sensível e reconstrução coletiva dos vínculos e rotinas escolares em contextos de crise**.

O MEC dispõe ainda, de profissionais que, a depender da demanda de cada rede, pode contribuir na reorganização pedagógica e articulação da rede intersetorial. Trata-se de uma política pública de caráter protetivo e articulador, voltada à **promoção da cultura de paz, à proteção integral e ao fortalecimento da resiliência das comunidades escolares**.



Estrutura no MEC

A atuação do Ministério da Educação para enfrentamento às violências nas escolas é conduzida pela CGAVE/SECADI, responsável pelo Programa Escola que Protege, que operacionaliza o SNAVE – Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas.



Objetivos do Programa Escola que Protege



Apoiar a **Formação de Profissionais da Educação** voltada para enfrentamento das violências nas escolas



Apoiar e **Pactuar a construção de Planos de Enfrentamento** às Violências e Resposta as Emergências nas UFs



Assessorar as Redes de Ensino **na intervenção imediata e reconstrução da comunidade escolar** em caso de ataque de violência extrema



Fomentar Espaços de **Convivência Democrática e Participação Estudantil**



Promover ações de combate ao **Bullying e à Discriminação**



Construir estratégia de **Monitoramento e Comunicação**

Eixos do Programa Escola que Protege



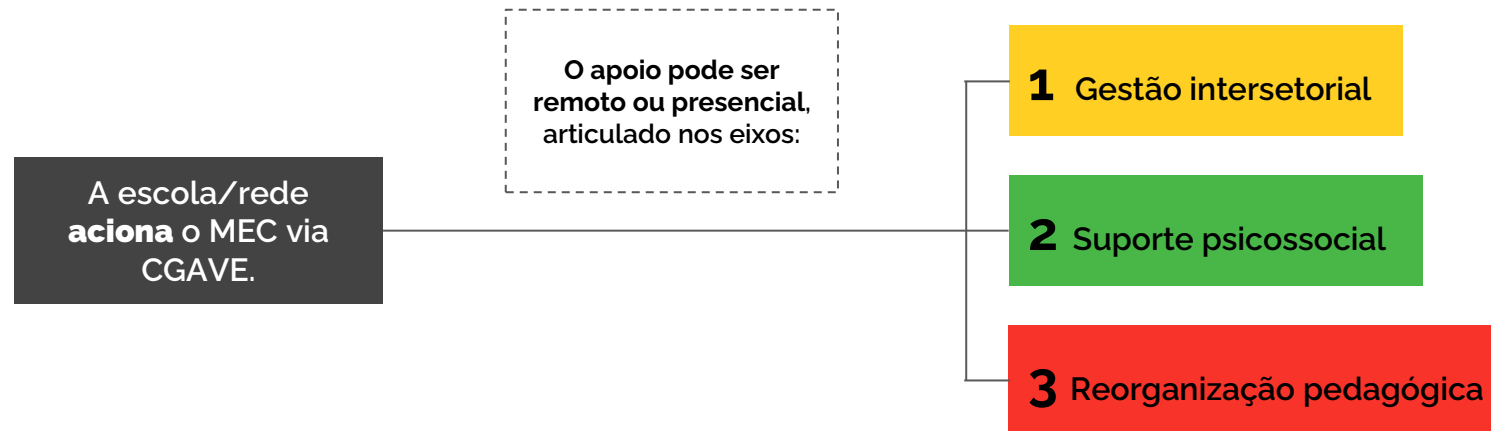
O que consideramos um ataque de violência extrema?

Um ataque de violência extrema ocorre quando um estudante, ex-estudante ou outro indivíduo invade ou ataca deliberadamente uma escola, com intenção premeditada de causar mortes ou ferimentos graves, atentando contra a vida e a integridade física de membros da comunidade escolar.

Costuma se caracterizar por:

- Planejamento prévio e intencionalidade letal;
- Em alguns casos, podem estar associadas a ressentimento, vingança ou ódio direcionado à escola ou à sociedade, embora esses fatores só possam ser confirmados após a conclusão das investigações;
- Influência de ideologias extremistas, misóginas, racistas ou neonazistas;
 - Essa associação é respaldada por estudos conduzidos por universidades e organizações internacionais, que evidenciam vínculos entre os ataques e discursos de ódio disseminados online, especialmente por grupos misóginos, supremacistas brancos e neofascistas.
- Busca de reconhecimento, visibilidade ou notoriedade, muitas vezes alimentada por redes sociais;
- Referência ou imitação de ataques anteriores (efeito *copycat*), com liturgias específicas (vestimentas, datas simbólicas, filmagens);
- Uso de armas letais, com apoio de comunidades virtuais que incentivam o armamento e o culto à violência.

Acionamento e Fluxo de Apoio



A presença federal do MEC tem como objetivo assegurar que nenhuma rede de ensino enfrente sozinha situações de crise decorrentes de ataques, promovendo o cuidado ético, o fortalecimento dos vínculos e a reconstrução coletiva da comunidade escolar. Essa atuação se integra às ações das secretarias estaduais e municipais de educação, sobretudo nos momentos iniciais após o ataque, respeitando as competências federativas e priorizando a proteção e a integridade de todos os envolvidos. A coordenação intersetorial estabelece diálogo direto com autoridades locais, o sistema de justiça e a rede de proteção, de modo a garantir respostas rápidas, articuladas e humanizadas.

Atuação do Núcleo de Resposta e Reconstrução da Comunidade Escolar (NRRCE)

- Psicólogas especialistas em Psicologia das Emergências e Desastres
- Atuação rápida e presencial em casos de ataque de violência extrema.
- Acolhimento psicossocial e primeiros socorros psicológicos.
- Apoio à gestão local com foco em escuta qualificada, estabilização emocional e promoção da resiliência da comunidade escolar.



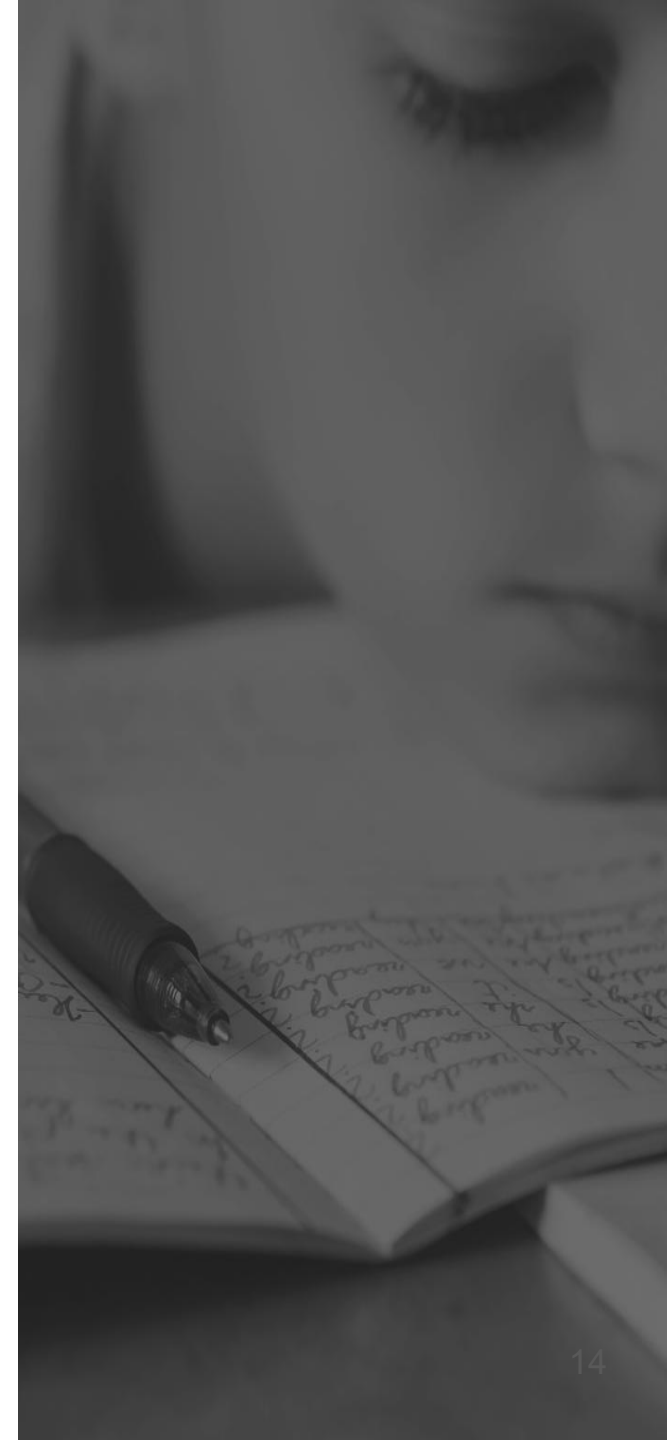
Caso necessário, a atuação das psicólogas pode ser complementada por outros profissionais que ampliam a capacidade de resposta e reconstrução, de maneira a contribuir para a articulação da rede de proteção, fortalecendo fluxos de encaminhamento e assegurando o acesso aos direitos sociais, bem como apoiando na reorganização das rotinas escolares, colaborando para o replanejamento pedagógico e a retomada gradual das atividades.

NOTA: O MEC disponibiliza na página oficial do Programa Escola que Protege uma Nota Técnica sobre a atuação do Núcleo de Resposta e Reconstrução da Comunidade Escolar (NRRCE), que pode ser utilizada como referência pelas redes de ensino interessadas em estruturar núcleos semelhantes em seus territórios..



Premissas da Atuação

- Situações de violência extrema podem causar trauma severo na comunidade escolar: ainda que nem todas as pessoas desenvolvam, necessariamente, um quadro de trauma.
- A resposta deve ser imediata, estruturada, presencial e focada na resiliência;
- O apoio deve respeitar a cultura escolar, a história da instituição, as características do evento e o contexto local.



Passos e Cuidados Recomendados

1 Garantir segurança e espaço protegido:

- Realizar atendimento em locais seguros, sem vestígios de violência;
- Criar zonas de acolhimento com acesso controlado para proteger estudantes e funcionários.

2 Proceder à limpeza adequada do espaço:

- Após liberação da polícia, limpar as áreas afetadas;
- Evitar que funcionários da escola façam a limpeza;
- Qualquer mudança estrutural no espaço deve ser pactuada com a comunidade escolar.

3 Fazer acolhimento gradativo:

A ordem sugerida para ações em grupo é:

- Gestão escolar
- Professores
- Demais funcionários
- Pais e responsáveis
- Estudantes

Isso fortalece primeiramente as figuras de referência da escola.

Passos e Cuidados Recomendados

4 Prestar os Primeiros Socorros Psicológicos (PSP):

- Relação de confiança: estabelecer vínculo e acolhimento empático;
- Avaliação: identificar necessidades imediatas (básicas e emocionais);
- Priorização: organizar quem precisa de atendimento com mais urgência;
- Intervenção: estabilizar emocionalmente, orientar e promover estratégias de enfrentamento;
- Triagem de necessidades: garantir acompanhamento e encaminhamentos para serviços especializados.

5 Planejar o retorno às atividades:

- O retorno à rotina deve ser gradual e adaptado;
- Pode envolver mudanças curriculares temporárias, monitoramento contínuo, estratégias de reintegração e suporte emocional prolongado.

Cuidados fundamentais



Respeitar a diversidade cultural e os limites de cada pessoa;



Evitar minimizar sentimentos, forçar relatos ou fazer promessas que não podem ser cumpridas;



Envolver ativamente a comunidade escolar em todas as decisões;



Oferecer suporte contínuo por pelo menos 3 a 4 semanas após o evento;



Estar atento a sinais de sofrimento prolongado ou agravamento, como ideação suicida ou comportamento de risco.

A construção coletiva de soluções é fortalecida quando famílias, estudantes e demais atores da escola participam ativamente do processo de retomada e reconstrução. Seu envolvimento contribui para o restabelecimento dos vínculos, a construção de confiança e o desenvolvimento de estratégias mais adequadas à realidade local.

Profissionais envolvidos na resposta e reconstrução



O **Plano de Resposta e Reconstrução da Comunidade Escolar**, estruturado em **ações de curto, médio e longo prazo** com base no **tripé psicossocial, intersetorial e pedagógico**, contará, quando necessário, com a atuação conjunta de psicólogo(a), assistente social e especialista em educação, que trabalharão de forma articulada no suporte às redes de ensino para sua elaboração e implementação.

PONTO DE ATENÇÃO

A **condução da gestão de crise** ficará a cargo da pessoa que a Rede/Secretaria de Educação determinar, podendo contar com a liderança técnica e institucional do MEC nessa condução.

Plano de Resposta e Reconstrução

Este é um plano de gestão da crise para resposta e reconstrução diante de um ataque de violência extrema contra escolas.

Ele é estruturado em **10 passos** principais, que funcionam como um roteiro para a atuação das equipes educacionais e intersetoriais.

São eles:

1. **Avaliação da Situação** – Levantamento dos impactos do ataque, incluindo os danos físicos, emocionais e sociais;
2. **Mobilização de Recursos** – Mapeamento de recursos internos e externos disponíveis;
3. **Desenvolvimento de Equipe** – Formação de uma equipe multidisciplinar para implementar o plano;
4. **Planejamento Estratégico** – Definição de metas e ações de curto, médio e longo prazos;
5. **Intervenções em Grupo** – Ações como rodas de conversa, oficinas e momentos de escuta;
6. **Apoio Individualizado** – Primeiros socorros psicológicos e encaminhamentos para atendimento especializado;
7. **Promoção da Resiliência** – Programas voltados ao fortalecimento emocional e à reconstrução da confiança;
8. **Comunicação Eficaz** – Estabelecimento de canais objetivos de informação e orientação;
9. **Avaliação Contínua** – Monitoramento e revisão periódica das ações;
10. **Compromisso de Longo Prazo** – Sustentação das ações no tempo, mesmo após o encerramento da emergência imediata.

Esse plano deve ser flexível e adaptado ao contexto específico da escola e da comunidade, com atenção às necessidades locais, diversidade cultural, disponibilidade de recursos e articulação com as demais políticas públicas.

Princípios da Resposta Psicossocial

A resposta deve ser:

Organizada

Rápida

Presencial

Culturalmente sensível

Focada na resiliência

O que são os **Primeiros Socorros Psicológicos** na escola?

PSP

(Primeiros
Socorros
Psicológicos)

São uma abordagem de apoio emocional inicial, utilizada em situações de crise ou impacto traumático.

O objetivo é oferecer:

- Escuta e acolhimento imediato
- Estabilização emocional
- Segurança e apoio imediato, sem realizar intervenções clínicas ou terapias complexas
- Evitar medicalização precoce
- Apoio ao retorno à rotina



Os PSP pode ser aplicado por educadores, gestores e outros profissionais da comunidade escolar devidamente capacitados, mesmo que não tenham formação em psicologia. Trata-se de uma abordagem de apoio emocional inicial, não clínica, que visa a estabilização e o fortalecimento da resiliência, evitando a patologização precoce. Acesse o [**Guia Psicossocial de orientações para a Comunidade Escolar: como agir em situações de crise?**](#)

O que NÃO fazer nos PSP



- **Minimizar os sentimentos**
Evite frases como “não foi tão grave” ou “você nem viu nada”.
- **Fornecer falsas promessas**
Não diga “isso nunca mais vai acontecer” ou “está 100% seguro agora”.
- **Julgar reações emocionais**
Cada pessoa reage de forma diferente. Evite julgamentos como “chorar não adianta”.
- **Interromper conversas importantes**
Frases como “vamos focar nas aulas” podem ser percebidas como desrespeitosas.
- **Forçar o compartilhamento de experiências**
O relato deve ser voluntário, respeitando o tempo de cada pessoa.
- **Ignorar sinais de risco grave**
Sintomas como desespero intenso ou ideação suicida devem ser encaminhados imediatamente para atendimento especializado.
- **Negligenciar o autocuidado de quem presta os PSP**
Quem presta os PSP também precisa de suporte emocional e descanso.

Outros cenários de uso dos PSP

Os PSP podem (e devem) ser utilizados em qualquer situação de crise que impacte a comunidade escolar, como:



Desastres socioambientais
(ex.: enchentes, desabamentos)



Acidentes sérios
(ex.: acidentes de transporte escolar, incêndios)



Ameaças e violências recorrentes
(bullying, agressões físicas ou verbais)



Perda ou falecimento de estudante, professor ou funcionário



Emergências de saúde pública
(como pandemias ou surtos)



Casos de bullying e cyberbullying



Crises individuais
(como situações familiares graves, abandono, abuso)

Em todos esses casos, o objetivo é reduzir o sofrimento agudo, restabelecer a segurança e evitar sintomas mais graves.

Comunicação com a Comunidade Escolar em caso de ataque

O que comunicar:

- Existência do comitê local de crise
- Ações coordenadas
- Orientações nítidas às famílias
- Canais de atendimento e locais de apoio.



O que evitar:

- Dados pessoais
- Estímulo à reencenação
- Especulações e culpabilizações

Diálogo com a mídia e com a comunidade: prevenindo danos secundários

Evitar a espetacularização e o efeito *copycat*

O efeito *copycat* se refere à reprodução de atos violentos por outras pessoas a partir da visibilidade excessiva ou romantização do agressor; A literatura aponta que a exposição intensa e detalhada do evento, especialmente com nome, imagem e motivações do agressor, pode inspirar novas ações violentas.

Recomendação da UNESCO é:

Não divulgar nomes, fotos ou textos deixados por autores de ataques. Evitar manchetes sensacionalistas, tom de vingança ou glorificação.

Além das recomendações da UNESCO, a Associação de Jornalismo de Educação (Jeduca) também orienta a imprensa a adotar critérios rigorosos de ética e responsabilidade na cobertura de ataques contra escolas. O documento “Pontos de atenção e recomendações na cobertura de ataques a escolas” sugere evitar sensacionalismo, proteger a identidade de vítimas e não dar visibilidade ao agressor.

NOTA: A orientação à imprensa visa reduzir o risco de novos ataques (efeito copycat), como reconhecido por instituições como UNESCO, OPAS, UNICEF e a Jeduca. Trata-se de uma medida de proteção da comunidade escolar, e não de restrição à liberdade de imprensa.



Saiba mais:

<https://jeduca.org.br/noticia/pontos-de-atencao-e-recomendacoes-na-cobertura-de-ataques-a-escolas>



Como conduzir o diálogo com a imprensa e redes sociais

1. Ter um porta-voz definido e treinado

Evita contradições e mensagens desencontradas.

2. Evitar entrevistas emocionais ou improvisadas

Oriente familiares e estudantes a não falarem à imprensa em momentos de vulnerabilidade.

3. Não divulgar detalhes do modus operandi

Evita instruções involuntárias para futuros agressores.

4. Priorizar mensagens institucionais de cuidado, luto e reconstrução

Enfatize a resposta coletiva, não o ato violento.

5. Solicitar responsabilidade ética da mídia

É legítimo que a escola, a secretaria ou o MEC orientem a imprensa sobre limites éticos na cobertura.

Comunicação com a comunidade escolar

- Reforce que ninguém é obrigado a falar sobre o ocorrido publicamente;
- Garanta espaços protegidos para escuta, sem exposição;
- Estimule a participação coletiva na reconstrução, evitando personalizar ou rotular o evento com base em indivíduos.

NOTA: A orientação à imprensa visa reduzir o risco de novos ataques (efeito copycat), como reconhecido por instituições como UNESCO, OPAS, UNICEF e a Jeduca. Trata-se de uma medida de proteção da comunidade escolar, e não de restrição à liberdade de imprensa.

Prevenção Eficaz x Falsas Soluções

O que previne

- Gestão democrática
- Participação estudantil
- Resolução pacífica de conflitos
- Canais de denúncia



O que NÃO previne

Estudos internacionais e nacionais demonstram que **estratégias puramente securitárias não têm efetividade comprovada na prevenção de ataques** e podem, inclusive, agravar o clima de medo e exclusão nas escolas. A efetiva prevenção requer ações educativas, construção de vínculos e fortalecimento da cultura de paz.



Escola Resiliente:

O que é e por que importa?

Uma escola resiliente é aquela que, **diante de situações críticas ou traumáticas, consegue reconhecer, acolher e responder às necessidades emocionais e sociais da comunidade escolar**, promovendo recuperação, segurança e continuidade educativa.

Características da Escola Resiliente

- Reconhece o impacto emocional dos eventos críticos sobre estudantes, professores e funcionários.
- Promove respostas organizadas, rápidas, presenciais e culturalmente sensíveis.
- Fomenta a escuta ativa e o acolhimento emocional, evitando julgamentos e oferecendo apoio imediato.
- Fortalece fatores protetivos e estratégias de enfrentamento, com foco em segurança e pertencimento.
- Capacita a comunidade escolar para os Primeiros Socorros Psicológicos.
- Estimula a participação democrática, valorizando o conhecimento local e o protagonismo da escola em sua reconstrução.



Escola Resiliente é Escola que Protege!

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



Para além de prevenir a violência, trata-se de **criar um ambiente de cuidado permanente**, capaz de enfrentar adversidades sem romper seus vínculos fundamentais. Isso significa garantir que a escola seja um **território seguro, participativo e promotor de direitos**, onde estudantes, educadores, famílias e comunidades possam **conviver em paz** e construir juntos um futuro mais justo. Para isso, é essencial fortalecer a **prevenção contínua, a escuta e a convivência democrática**, mas também assegurar uma resposta rápida, articulada e acolhedora diante das crises, com apoio psicossocial e reorganização do projeto educacional. A reconstrução da comunidade escolar deve ser pautada pelo cuidado e pelo compromisso de restaurar laços e renovar a confiança, **assegurando que cada estudante se desenvolva integralmente em um espaço que reconhece sua dignidade, voz e protagonismo**. Garantir escolas seguras, inclusivas e acolhedoras não é apenas uma política pública, mas um **dever ético e constitucional do Estado** e um passo decisivo para a **construção de uma sociedade solidária, democrática e livre de violências**.

Recomendações para proteção e segurança no ambiente escolar em caso de ameaça de ataque

Se um gestor escolar ou qualquer membro da comunidade escolar tiver acesso a **uma ameaça de ataque extremo contra escola**, ele deve seguir os seguintes passos imediatos, com base nas recomendações da **Cartilha de Proteção e Segurança no Ambiente Escolar** e da **Operação Escola Segura**:



Acesse o documento completo:
<https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-que-protege/CartazRPSAEEscolaqu eprotege.pdf>

1

Levar a ameaça a sério, independentemente da forma

Toda ameaça, mesmo que pareça vaga, falsa ou brincadeira, deve ser comunicada e tratada com seriedade. Recomenda-se que, diante de qualquer ameaça virtual recebida, não se estabeleça comunicação direta com o possível autor. A orientação é que toda e qualquer mensagem com conteúdo violento, mesmo que aparentemente inofensiva ou de difícil verificação, seja imediatamente reportada aos canais oficiais

2

Denunciar imediatamente nos canais oficiais

Encaminhar a ameaça para os canais apropriados, preferencialmente com o máximo de informações:

- **Portal Escola Segura:** <https://www.gov.br/mj/pt-br/escolasegura>
- **WhatsApp exclusivo do MDHC:** (61) 99611-0100
- **Disque 100** (24h, gratuito e sigiloso)
- **Atendimento em Libras:** <https://atendelibras.mdh.gov.br/acesso>

Informe, sempre que possível:

1. Local da ameaça
2. Dados do suspeito, se houver
3. Rede social, nome de usuário, link do perfil ou outros meios usados

Recomendações para proteção e segurança no ambiente escolar em caso de ameaça de ataque

Se um gestor escolar ou qualquer membro da comunidade escolar tiver acesso a **uma ameaça de ataque extremo contra escola**, ele deve seguir os seguintes passos imediatos, com base nas recomendações da **Cartilha de Proteção e Segurança no Ambiente Escolar** e da **Operação Escola Segura**:



Acesse o documento completo:
<https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-que-protége/CartazRPSAEEscolaquaprotége.pdf>

3

Avisar imediatamente a direção da escola e os órgãos locais de segurança

- Contatar a Polícia Militar, Polícia Civil ou a Guarda Municipal.
- Comunicar a Secretaria de Educação ou Diretoria Regional de Ensino.
- Registrar formalmente a ocorrência.

4

Evitar pânico e desinformação

- Não compartilhe a ameaça nas redes sociais ou grupos de familiares/professores antes de comunicar às autoridades.
- Não espalhe prints, áudios e imagens.
- Oriente a comunidade escolar sobre os canais oficiais de denúncia e informação.

5

Acionar os protocolos de emergência da escola

- Caso sua escola tenha um plano de contingência, ative-o imediatamente, designando os responsáveis por cada ação, como:
- Comunicação com as famílias.
- Recolhimento de estudante em segurança.
- Cancelamento de aulas, se necessário.

6

Oferecer apoio psicossocial para a escola

- Acione a equipe de acolhimento da escola, se houver.
- Peça apoio à rede local de assistência social e saúde mental.
- Garanta espaço de escuta para estudantes e familiares.

Lei 13.935/2019

psicologia e serviço social na educação!

Lei 13.935/2019: Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

O documento de subsídios para a implementação da Lei 13.935/2019 reúne orientações e recomendações intersetoriais elaboradas pelo MEC e entidades parceiras para apoiar as redes públicas de ensino na efetivação dos serviços de psicologia e serviço social nas escolas, promovendo o desenvolvimento integral dos estudantes e o enfrentamento das desigualdades educacionais.



Acesse:

<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/fevereiro/inclusao-de-psicologia-e-servico-social-na-educacao-e-debatida/DocumentodeSubsdioparaaImplementaodaLei13.9352019VFinal.pdf>



Manual de elaboração de Protocolo Escolar em caso de ataque de violência extrema.

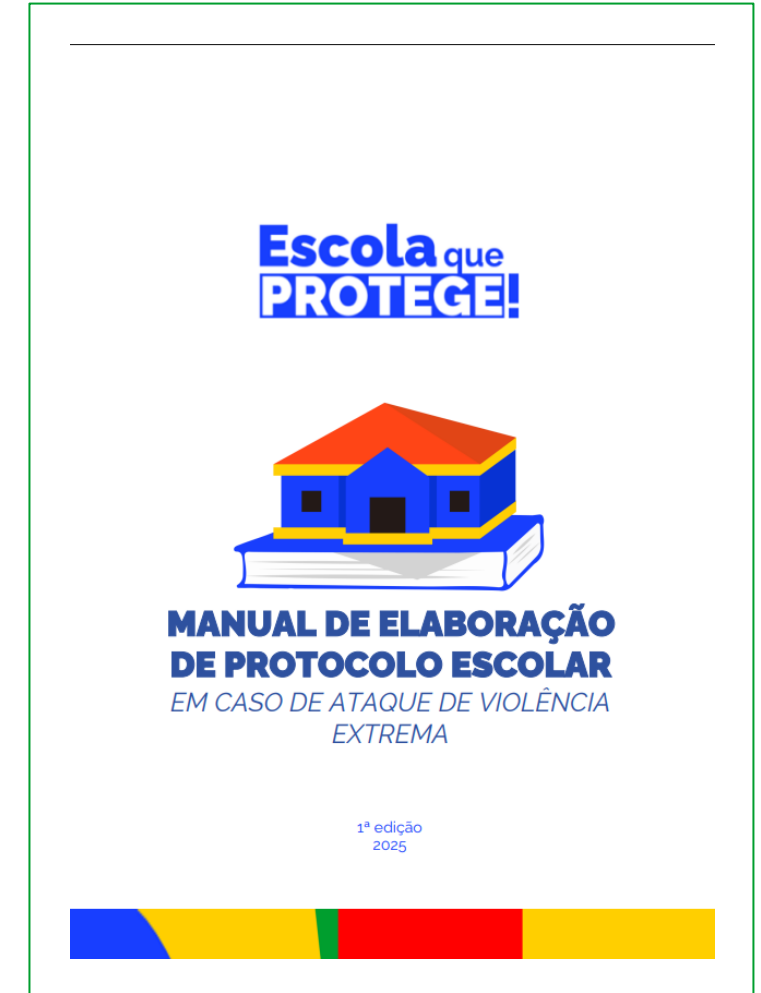
Acesse o manual e fortaleça a capacidade da sua rede de ensino na prevenção, resposta e reconstrução diante das violências nas escolas..

O documento oferece orientações práticas e técnicas para apoiar redes e instituições de ensino no desenvolvimento de protocolos de prevenção, resposta e reconstrução diante de eventos de violência extrema. Destinado a gestores, conselhos escolares, profissionais da educação, equipes psicossociais e demais integrantes da comunidade escolar, o manual convida todas as redes de ensino a acessarem este recurso.



Acesse:

<https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-que-protege/manual.pdf>



Acesse os documentos e materiais do

Programa Escola que Protege

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



<https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-que-protege/documentos>

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Curso Resposta e Reconstrução de Comunidades Escolares Vítimas de Ataques de Violência Extrema. AVAMEC - Ambiente Virtual de Aprendizagem do Ministério da Educação, 2023. Disponível em: <https://avamec.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Guia para Gestores Escolares: Ações Emergenciais Contra Violência nas Escolas. Brasília: MEC, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/guias-e-manuais/guia-acoes-emergenciais-contraviolencia>. Acesso em: 10 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Protocolo de Segurança para Instituições Educacionais: Prevenção a Ataques e Construção de Cultura de Paz. Brasília: MEC, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-lanca-protocolo-de-seguranca-para-instituicoes-educacionais>. Acesso em: 10 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Recomendações para Prevenção e Enfrentamento da Violência nas Escolas. Brasília: MEC, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-divulga-recomendacoes-para-prevencao-e-enfrentamento-da-violencia-nas-escolas>. Acesso em: 10 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica nº 34 - Saúde Mental. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: <https://portolivre.fiocruz.br/saude-mental-cadernos-de-atencao-basica>. Acesso em: 10 abr. 2025.

BRYMER, M. et al. Psychological first aid for schools: field guide operations. 2. ed. Los Angeles: National Child Traumatic Stress Network, 2012. Disponível em: https://www.nctsn.org/sites/default/files/resources/pfa_schools.pdf. Acesso em: 10 abr. 2025.

CUNHA, J. M. Violência interpessoal em escolas brasileiras: características e correlatos. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

CUNHA, J. M. O papel moderador de docentes na associação entre violência escolar e ajustamento acadêmico. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

CUNHA, J. M. da; AMARAL, H. T.; RICCI, B. N.; ROZA, S. A.; YANO, V. Breve introdução à violência escolar: características, fatores, consequências e estratégias de prevenção. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, 2023. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/jspui/bitstream/1/7884/1/2023.08.22%20-%20Breve%20introducao%20a%20violencia%20escolar_policy_brief_EXTERNO.pdf. Acesso em: 10 abr. 2025.

EVERLY, G.; LATING, G. The Johns Hopkins guide to psychological first aid. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2017.

EVERLY, G.; MITCHELL, J. Integrative crisis intervention and disaster mental health. Ellicott City: Chevron, 2008.

Referências

GADRRRES. Quadro comum de escolas seguras. [S.l.]: Global Alliance for Disaster Risk Reduction and Resilience in the Education Sector, [s.d.].

HODGKINSON, P.; STEWART, M. Coping with catastrophe: a handbook of post-disaster psychosocial care. London: Routledge, 1998.

JAKES, T. Issue management and crisis management: an integrated, non-linear, relational construct. Public Relations Review, v. 33, p. 147-157, 2007.

LOPES, P. N.; OLIVEIRA, B. C.; SILVA, V. R. (org.). Manual: orientações sobre bullying. 2. ed. Campo Grande, MS: Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul – SED/MS, 2019.

LÓPEZ-IBOR, J.; CHRISTODOULOU, G.; MAJ, M.; SARTORIUS, M.; OKASHA, A. (Ed.). Disasters mental health. London: Wiley, World Psychiatric Association, [s.d.].

MIETO, G. S. M.; RENGIFO-HERRERA, F. J.; SUKOWSKI, M. S.; RAMOS, P. C. C. Dúvidas e respostas sobre o bullying e o cyberbullying: explicações e propostas para a educação básica. Brasília: Ministério da Educação, 2022. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/cadernos_tematicos/livro_duvidas_e_respostas_sobre_o_bullying_e_cyberbullying_ISBN_20_JUN_2022__2.pdf. Acesso em: 10 abr. 2025.

NOVALIS, N.; SINGER, V.; PEELE, R. Clinical manual of supportive psychotherapy. Washington, DC: American Psychiatric Association, 2020.

OPAS – ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Saúde mental e Primeiros Socorros Psicológicos para Profissionais de Saúde em Situações de Emergência: guia prático. Brasília: OPAS, 2019. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/7676/9788579670947_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 10 abr. 2025.

RESUMO Executivo: Pesquisa TIC Kids Online Brasil 2019. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2020. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20201123093441/resumo_executivo_tic_kids_online_2019.pdf. Acesso em: 10 abr. 2025.

SAVE THE CHILDREN. Safe Schools Common Approach. [S.l.]: Save the Children, [s.d.].

UNESCO. School violence and bullying: global status report. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2017.

Referências

UNESCO. Escolas resilientes. [S.L]: UNESCO, [s.d.].

UNESCO; UN WOMEN. Global guidance on addressing school-related gender-based violence. Paris: UNESCO; UN Women, 2016.

UNICEF. A familiar face: violence in the lives of children and adolescents. New York: United Nations Children's Fund, 2017.

UNICEF. GRIP: guidance for risk-informed programming. [S.L]: UNICEF, [s.d.].

UNICEF. Risk-informed education programming for resilience. [S.L]: UNICEF, [s.d.].

VINHA, T. P. M. A.; TOGNETTA, L. R. P.; AZZI, R. G. A.; MARQUES, C. D. A. E.; OLIVEIRA, M. T. A. O clima escolar e a convivência respeitosa nas instituições educativas. Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 27, n. 64, p. 96-127, 2016.

VINHA, T. P. O educador e a moralidade infantil: uma visão construtivista. Campinas: Mercado de Letras; Fapesp, 2000.

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



CGAVE@MEC.GOV.BR



GOV.BR/MEC